

PARA QUE JAMAIS SE ESQUEÇA

59 ANOS

1964 - 1985

DO GOLPE MILITAR
PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA



CAMINHADA PELA DEMOCRACIA EM FLORIANÓPOLIS

01/04/2023 - SÁBADO - 9 HORAS
CONCENTRAÇÃO EM FRENTE DA UCE

**SEM ANISTIA!
PUNIÇÃO AOS
CRIMINOSOS**

LUGARES DE MEMÓRIA

UNIÃO CATARINENSE DE ESTUDANTES
– Rua Álvaro de Carvalho nº 246, no centro, próximo do terminal de ônibus. A UCE existe desde o ano de 1949. Em 1961 atuou junto com a União Nacional dos Estudantes, na campanha da legalidade a favor da posse de João Goulart e em ações no campo da cultura com a criação do Centro Popular de Cultura e da UNE Volante, voltadas para a erradicação do analfabetismo e aumento da conscientização popular. Foi neste prédio que começou o Restaurante Universitário. Em 1964 com o golpe civil-militar houve perseguição aos opositores e o presidente da entidade foi preso e fechada a sede.

HOMENAGEM POSTUMA À KHADER OTHMAN – Rua Conselheiro Mafrá nº 126 - Comerciante palestino radicado no Brasil desde a década de sessenta. Foi militante ativo e comprometido com a nobre Causa Palestina e do movimento de libertação da Palestina.

ESQUINA DEMOCRÁTICA – Rua Felipe Schmidt com Rua Deodoro – ponto de encontro importante na vida da cidade, sendo palco de várias manifestações políticas e culturais em defesa das liberdades democráticas.

LIVRARIA ANITA GARIBALDI – Praça XV de novembro, nº 27 – reunia a esquerda da cidade para conhecer as novidades literárias e debater o momento político e por isso esteve na mira das ações violentas da direita que no dia 3 abril de 1964 a invadiu, depredou e fez uma grande fogueira com seus livros em plena Praça XV de Novembro, na tentativa de apagar o pensamento crítico e a defesa da democracia.

5º DISTRITO NAVAL – Rua Nunes Machado esquina com Av. Hercílio Luz – Comando da chamada “Operação Limpeza” que iniciou no dia seguinte ao golpe militar de 1964, dia 02 de abril, com o objetivo de prender as pessoas que apoiavam o governo do presidente João Goulart, deposto ilegalmente do cargo.



CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – Rua Anita Garibaldi, 35 – inaugurado dia 31 de outubro de 2014 o “Monumento ao Nunca Mais” faz parte da campanha permanente em memória de todos que lutaram contra a Ditadura, desde o golpe de 1964. Uma homenagem à resistência da sociedade brasileira contra o estado de exceção implantado, que resultou na morte de 489 pessoas e no aprisionamento com tortura e sevícias de mais de 10 mil brasileiros.

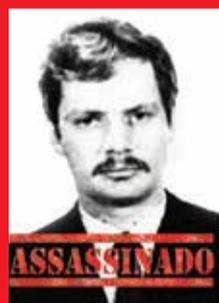
NOVEMBADA – Praça XV de Novembro, em frente ao Palácio Cruz e Souza – Em 30 de novembro de 1979, o movimento estudantil se manifestou na recepção ao presidente da República, General Figueiredo, contra o forte aumento

de preços dos alimentos, luz, gás e gasolina, com expressiva adesão da população. A polícia levou sete estudantes da UFSC presos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Após serem soltos, responderam processo por mais de um ano e ao final foram inocentados.

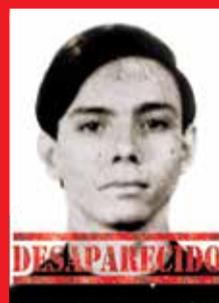
DIRETAS JÁ – Praça XV de Novembro, no Largo da Catedral – grande movimento popular ocorrido em todo o país, nos anos de 1983 e 1984, que defendia a aprovação, no Congresso Nacional, da Emenda Constitucional 05/1983, para a realização de eleições presidenciais diretas. Em 1985, através de um Colégio Eleitoral, Tancredo Neves foi escolhido presidente da república porem imediatamente após a posse veio a falecer e seu vice Sarney assumiu a presidência. Somente em 1989 veio acontecer eleição direta e Fernando Collor de Melo foi eleito Presidente da República.



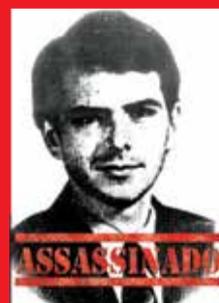
ARNO PREIS
• advogado
ORIGEM: FORQUILHINHA
Assassinato: em 15/02/1972, Paraíso do Norte (GO), atual Paraíso de Tocantins (TO). Restos mortais encontrados em 1993 e enterrado em Forquilha. Militância: ALN e MOLIPO.



FREDERICO EDUARDO MAYR
• estudante de Arquitetura na UFRJ
ORIGEM: TIMBÓ
Assassinato: em 24/02/1972, em São Paulo (SP). Sua história é contada no filme “Vala Comum”. Militância: MOLIPO.



JOÃO BATISTA RITA
• estudante
ORIGEM: BRAÇO DO NORTE
Desaparecimento: desde 12/1973. Detido pela Operação Condor, Argentina, e levado para o Rio de Janeiro. Seu corpo foi queimado na Usina de Açúcar em Campos, no Rio. Militância: Marx, Marighella e Guevara (M3G).



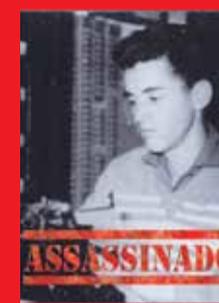
LUÍZ EURICO TEJEDA LISBOA
• estudante universitário
ORIGEM: PORTO UNIÃO
Assassinato: 03/09/1972, em São Paulo (SP). Restos mortais encontrados na Vala de Perús, em 1979. Militância: ALN.



HIGINIO JOÃO PIO
• Prefeito de Balneário Camboriú
ORIGEM: ITAPEMA
Assassinato: em 03/03/1969, em Florianópolis (SC), pela Polícia Federal. Militância: Filiou-se ao PSD e nas eleições municipais de 1965 derrotou a UDN.



PAULO STUART WRIGHT
• sociólogo e deputado estadual
ORIGEM: JOAÇABA
Desaparecimento: desde 07/1973, em São Paulo (SP), após ser preso pela OBAN. Militância: Ação Popular Marxista-Leninista (APML).



RUI PFUTZENREUTER
• jornalista
ORIGEM: ORLEANS
Assassinato: em 15/04/1972, em São Paulo (SP), pela Operação Bandeirante (OBAN). Militância: Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT).

DIVO FERNANDES D'OLIVEIRA

• taifeiro da Marinha
ORIGEM: TUBARÃO
Desaparecimento: entre 1964 e 1965, no Rio de Janeiro (RJ), presidio de Lemos de Brito. Militância: PCB.

HAMILTON FERNANDO CUNHA

• operário em gráfica
ORIGEM: FLORIANÓPOLIS
Assassinato: em 11/02/1969, em São Paulo (SP), pelo DOPS. Militância: VPR

WÂNIO JOSÉ DE MATOS

• jornalista e membro da Polícia Militar
ORIGEM: PIRATUBA
Desaparecimento: desde 16/10/1973, no Estádio Nacional do Chile
Militância: VPR

MEMÓRIA: PELO FIM DAS HOMENAGENS A TORTURADORES

NOMES DE LOCAIS PÚBLICOS DEVEM SER CONCEDIDOS APENAS AOS DEFENSORES DA DEMOCRACIA, DA IGUALDADE, DA SOLIDARIEDADE

A construção da memória nacional e regional sobre a resistência à ditadura militar é uma questão de justiça, aos milhares de brasileiros e catarinenses que foram vítimas deste regime e suas famílias. É uma causa que interessa a sociedade que luta por um mundo justo e acredita na consolidação de uma democracia plena e verdadeira. Para que casos como os vividos durante os 21 anos de ditadura militar não se repitam.

A preservação da memória política de um povo, uma nação, grupo social ou classe tem uma relação de dominação e poder. A memória coletiva

é o que nos identifica como nação e sua formação é tarefa das famílias, das escolas e dos meios de comunicação, com a colaboração do Estado ou não. Nossa memória e nossa história se constroem no cotidiano, por meio de fatos concretos, como as homenagens concedidas com nomeação de ruas, escolas e outros estabelecimentos públicos ou particulares.

Homenagens devem ser concedidas a pessoas que impactaram positivamente a nação brasileira. Diante disso, em consonância com um movimento que acontece na América Latina, também em Santa Catarina, reivindicamos pela mudança de

nomes de ruas, avenidas, praças e monumentos batizados em homenagem a torturadores e ativos participantes do golpe.

Em Içara, no sul de Santa Catarina, tivemos a primeira conquista. A Praça Castelo Branco - um dos líderes do golpe de 64, agora se chama Praça João Belchior Marques Goulart. Continuamos em luta para mudar o nome das escolas estaduais Presidente Médici, em Balneário Camboriú, Joinville e Cunha Porã, do bairro Costa e Silva, em Joinville e da Escola Municipal Presidente Castello Branco, transformada em Cívico-Militar, durante o governo Bolsonaro, entre outras.



EXPEDIENTE

Esta é uma publicação do COLETIVO CATARINENSE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA, em março/abril de 2023.

Editoração: Sandra Werle - Letra Editorial

Edição final e revisão: Silvia Agostini Pereira

Esta publicação foi disponibilizada a partir dos arquivos cedidos pelo PORTAL DESACATO e pelo apoio do SINDPREVS-SC



CIDADES COM MAIOR QUANTIDADE DE PRESOS POLÍTICOS EM SC



Fonte: Derlei Catarina de Luca, com base em entrevistas individuais e processos da Secretaria de Justiça e Cidadania.



G11 (GRUPO DOS ONZE)

Os chamados Grupos de Onze Companheiros, também conhecidos como Comandos Nacionalistas, eram de esquerda nacionalista e apoiavam as políticas de base de Jango. Foram concebidos por Brizola no fim de 1963.

Estima-se a formação de 5.304 grupos, totalizando 58.344 pessoas, distribuídas por todo o Brasil.

Os comandos foram abortados pelo Golpe de 64 e pelo exílio de Brizola no Uruguai, durante a ditadura militar.

FATOS MARCANTES DA DITADURA EM SANTA CATARINA

GOLPE MILITAR

1º de abril de 1964

Militares depõem o governo constitucional do Presidente João Goulart. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco assume o cargo. Oito dias após o golpe, os militares decretam o Ato Institucional nº 1 na tentativa de legalizar o novo regime, instituindo eleição indireta para presidente da República, fim de associações civis, intervenção em sindicatos e suspensão dos direitos políticos por dez anos de pessoas vistas como ameaças ao regime militar. Em SC, vice-governador, deputados e vereadores são cassados, jornalistas, mineiros, estivadores, estudantes, integrantes de Grupo dos 11 são presos, sindicatos sofrem intervenção e militares queimam livros da Livraria Anita Garibaldi.

CONGRESSO DA UNE

9 de outubro de 1968

900 estudantes debatiam as linhas do Movimento Estudantil e iriam eleger o novo presidente da entidade (UNE) que era uma das principais forças contra a ditadura. Em 12 out, 723 estudantes foram presos e levados ao Presídio Tiradentes, em São Paulo. Depois de oito dias a Segurança Pública de SC buscou a delegação catarinense de 15 estudantes do Instituto Estadual de Educação e universitários da UFSC, fichando-os na Delegacia de Polícia de Biguaçu e soltando-os em diferentes locais. Sede do DCE foi invadida.

Em 05 de dez.1968, houve protesto no Teatro Álvaro de Carvalho contra Gen Costa e Silva que resultou em novas prisões de estudantes.

NOVEMBRA DA

30 de novembro de 1979

Neste dia, o ditador General João Figueiredo visitou a capital catarinense para lançar a campanha que pretendia transformá-lo em "João, o presidente da conciliação". Na época, Jorge Bornhausen era conhecido como governador biônico e mandou fazer faixas e balões, saudando o ditador, além de preparar uma churrascada para duas mil pessoas na Palhoça.

Estudantes da UFSC, convocados pela União Catarinense de Estudantes e pelo Diretório Central dos Estudantes, organizaram uma manifestação contra o ditador e Bornhausen.

A iniciativa foi amplamente apoiada pela população, que se concentrou na Praça XV para se manifestar contra a ditadura, o alto custo de vida e aumento da gasolina. A manifestação tomou toda a cidade e pôs para correr o ditador, o governador biônico e toda a comitiva.

Sete estudantes foram presos pela Polícia Federal dois dias depois, às 6h de um domingo, indiciados pela Lei de Segurança Nacional e julgados por um Tribunal Militar. Manifestações aconteceram por todo o Brasil, exigindo a libertação dos estudantes os estudantes presos. Este fato histórico trouxe mais desgastes ao regime militar, dando ênfase ao posterior movimento das Diretas Já e por uma Constituinte Soberana.



A LUTA POR SOBERANIA POPULAR E NACIONAL E OS GOLPES DE ESTADO NO BRASIL

A soberania popular e nacional são sempre alvos de golpes de Estado quando o país começa a assumir um papel importante no cenário mundial.

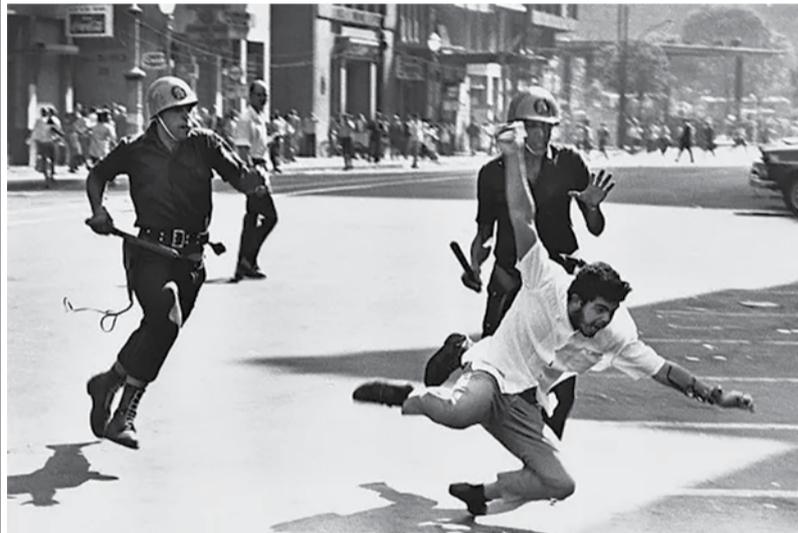
Foram vários os golpes dados na nossa frágil democracia desde os primeiros dias da República brasileira apoiados pelas forças armadas - que deveriam se ater somente aos cuidados de nossas fronteiras territoriais-, por latifundiários e donos do agronegócio e donos de conglomerados empresariais e financeiros. As justificativas apresentadas foram sempre o combate à corrupção - que esses mesmos realizam -, a ameaça comunista e a defesa da família, da religião e da moralidade e ainda a adesão dos donos dos grandes veículos de comunicação e seus patrocinadores.

Foi assim no golpe de 1964 contra Jango, também em 2016 quando criaram uma denúncia infundada contra a presidenta Dilma, agora inocentada, e a retiraram da presidência.

O GOLPE DE 64

Em 1º de abril de 1964, o Golpe de Estado no Brasil, liderado por militares com apoio de empresários e dos EEUU, depôs o presidente João Goulart, eleito legitimamente, e consolidou uma ditadura baseada na doutrina da Lei de Segurança Nacional que perseguia um imaginário inimigo interno: o povo. Assim, por meio de Atos Institucionais foi estabelecida uma forte repressão contra todos que antes haviam se manifestado por melhorias de condições de vida para o povo. O AI-5, em dezembro de 1968, foi o ápice.

A ditadura impôs o fechamento do Congresso Nacional, acabou com a eleição para presidente, governadores e prefeitos nas capitais, estabeleceu a censura à imprensa, a suspensão dos direitos coletivos e individuais, acabou com a liberdade de expressão e de reunião. Interveio nos sindicatos, prendeu, sequestrou, torturou, desapareceu e matou milhares de dirigentes sindicais, trabalhadoras, trabalhadores,



Policiais perseguem estudante no dia que ficou conhecido como "sexta-feira sangrenta", no Rio de Janeiro - Foto: Evandro Teixeira/Instituto Moreira Salles

jovens e indígenas. Todos os partidos políticos foram colocados na ilegalidade com exceção da ARENA e do MDB.

Criada em 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos apurou quase 500 casos de assassinatos praticados por agentes do Estado. A Comissão de Anistia recebeu e julgou quase cem mil casos de opositores presos, demitidos de seus empregos, perseguidos políticos, sendo 20 mil deles submetidos à tortura. A Comissão Nacional Camponesa apurou o assassinato de 600 camponeses e o extermínio de tribos inteiras de povos originários. A Comissão foi extinta pelo governo Bolsonaro, em 2022, porém o presidente Lula já assinou o Decreto de sua recriação.

O GOLPE DE 2016

Já o golpe, que tirou Dilma (PT) da presidência sob falsa acusação de crime fiscal e colocou no poder o vice Michel Temer (MDB), possibilitou à maioria dos deputados federais e senadores - representantes do empresariado- a retirada de direitos do povo trabalhador, a privatização das empresas estatais, a entrega das riquezas nacionais a outras nações e investidores financeiros. Também possibilitou a criminalização da política e a criação da força-tarefa Lava-Jato, que impediu a eleição de Lula em 2018 através de sua prisão ilegal e levou ao poder Jair Bolsonaro, suspeito de envolvimento com a milícia no Rio de Janeiro, com ligações fortes de corrupção, genocida, defensor da privatização e subserviente aos governos dos EUA.



Móveis e janelas danificadas no Palácio do Planalto, durante a invasão em 08/01/23. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Invasão ao Congresso Nacional, em 8 de janeiro de 2023. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Peças danificadas pelos invasores do Supremo Tribunal Federal destruído | Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

A TENTATIVA DE GOLPE EM 2023

Após a tentativa de golpe em 08 de janeiro, Bolsonaro continua acenando aos seus partidários e sabemos que para setores dos militares a vitória de Lula foi indesejada.

Os golpistas querem continuar sua política de destruição das conquistas e organizações democráticas do povo, de saque das riquezas nas terras indígenas, genocídio dos povos originários e dos povos negros, a perseguição das religiões de matriz africana, de retirar dos trabalhadores o direito à cidade, entre outras barbaridades.

Diante disso tudo é que precisamos compreender que a punição dos golpistas (inclusive de chefes militares), a desbolsonarização do Estado e a revogação das medidas antipopulares adotadas desde o golpe contra Dilma são coisas necessárias. Não se trata de "revanchismo", mas uma necessidade para avançar no atendimento das demandas do povo trabalhador e para a reconstrução de um país soberano.



SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS!

Em 1978 o país vivia sob regime civil militar ditatorial e tínhamos no país aproximadamente cerca de 200 presos políticos por se contraporem às violências praticadas pelo governo. Outros Cento e vinte e oito foram banidos, cerca de 10 mil exilados, 4.877 punidos por Atos de Exceção, 263 estudantes atingidos pelo Decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de “AI-5 das Universidades”. O Ato, baixado pelo então ditador general Artur da Costa e Silva durante a ditadura punia professores, alunos e funcionários de universidades acusados de subversão ao regime com expulsão.

As mulheres se uniram em um grande movimento nacional e criaram o Movimento Feminista pela Anistia, tendo à frente Terezinha Zerbini. Nos anos seguintes, diversas organizações da sociedade civil têm um papel fundamental na denúncia às arbitrariedades da ditadura, mas duas se destacaram:

a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa.

No final de 1978 foi realizado em São Paulo o 1º Congresso Nacional da Anistia, com a presença e participação de milhares de pessoas. Nesse congresso, de grande importância para o movimento, lança-se a palavra de ordem “Anistia, ampla, geral e irrestrita”.

No dia 18 de agosto de 1979 o governo encaminha o projeto ao Congresso Nacional, que é aprovado e promulgado no dia 28 de agosto de 1979. Porém a lei aprovada não contemplou os movimentos sociais tendo em vista que o texto acabou desviando a anistia do propósito de indultar os cidadãos processados a partir das normas de exceção do governo ditatorial, sendo utilizado principalmente para beneficiar os agentes do Estado envolvidos nas práticas de torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos.

59 anos após o golpe, ninguém foi punido pelas atrocidades cometidas.

No Brasil não tivemos a Justiça de Transição que se refere ao conjunto de medidas políticas e judiciais utilizadas como reparação das violações de direitos humanos e assim confronta os abusos praticados contra os direitos humanos em sociedades fraturadas. Serve como componente estratégico de uma política de transformação para a restauração da justiça com reparação.

Diferente de outros países que também sofreram ditaduras, o país segue sem responsabilizar a força de repressão. O resultado dessa política de “esquecimento”, permitiu o crescimento da extrema-direita, que resultou no governo federal passado e acabou com todas as políticas públicas voltadas para o povo, resultando hoje nas gravíssimas consequências como desemprego, alta inflação nos preços

dos produtos básicos e a volta da fome.

STF já apontou os crimes cometidos no dia 08 de janeiro, último, durante a invasão dos prédios dos três poderes em Brasília. São eles: atos terroristas, inclusive preparatórios; associação criminosa; abolição violenta do Estado democrático de direito; golpe de Estado; ameaça, perseguição e incitação ao crime; dano ao patrimônio público. Foram presas mais de 1,2 mil pessoas em Brasília.

Neste momento histórico onde as ameaças à ordem constitucional e às garantias aos direitos civis, políticos e sociais do povo brasileiro são constantes e com o crescente aumento da violência e do preconceito, precisamos defender com firmeza a palavra de ordem que já está nas ruas: “SEM ANISTIA” aos atos e crimes praticados pelos apoiadores do governo Bolsonaro contra a constituição brasileira.

LEI DA MORDAÇA



A Escola sem Partido é uma ONG que impulsiona a Lei da Mordança no país e tem sido levada adiante por parlamentares de partidos de direita, em todos os níveis da federação. Calar as vozes e apagar a história é o objetivo central de projetos de lei assim que objetivam limitar a liberdade de expressão dos professores. Portanto, a tentativa dessas medidas é de controlar ao máximo o acesso ao conhecimento e assim fica mais fácil manipular a história, controlar o povo trabalhador e a juventude.

A aprovação dessas leis é um retrocesso de centenas de anos, é a privação ao acesso à história da humanidade, é a tentativa de condenar toda uma geração, por isso é preciso entender o significado dessas ações e combatê-las.

Recentemente em SC, os deputados estaduais aprovaram, em dezembro passado, um PL que instituiu a “Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente”, lei sancionada pelo governador Jorginho Mello no mês de fevereiro, logo após sua posse.

Sem dúvida que com esse ato, o governador pretende instituir no estado a ideia da “Escola Sem Partido”, travestido de Semana de Combate à Violência Institucional. Esse projeto político, sob a farsa de proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, de fato ataca a liberdade de cátedra, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas asseguradas no artigo 206 da Constituição.

É flagrante a inconstitucionalidade da nova lei estadual sancionada por Jorginho Mello, a qual estabelece que crianças e adolescentes sejam instruídos sobre o direito de “aprender conteúdo politicamente neutro” e “livre de ideologias”. A lei fere o direito à liberdade de ensinar e abre espaço para a perseguição política dentro das instituições de ensino, como já vem acontecendo em Florianópolis, na Escola Estadual Muquém, no Rio Vermelho, onde a orientadora e professora Juliana Andozio foi afastada por 60 dias de suas funções, antes mesmo da instauração de processo administrativo. A acusação: “estar fazendo política na escola”. No entanto,

moradores já fizeram abaixo-assinado pedindo que a Secretaria Estadual de Educação traga de volta a professora em seu posto e retire toda acusação injustificada contra ela.

Na mesma linha está lei que proíbe a linguagem de gênero nas escolas, com inconstitucionalidade oficializada há dias pelo Supremo Tribunal Federal. No caso de SC, falharam as assessorias jurídicas do Legislativo e Executivo. Tais temas são de competência da União. Inclusive o STF, ao apreciar leis no mesmo sentido, já decidiu pela sua inconstitucionalidade sob o argumento de que “vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, pode gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes, com risco de aplicação seletiva da lei, para fins persecutórios”.

Defender nossos mestres, lutar pela Revogação da Lei da Mordança é dizer sim ao reconhecimento constitucional dos membros do magistério na comunicação de múltiplos conhecimentos.

PELA IMEDIATA REVOGAÇÃO DA LEI SC 28.637/2023! BASTA DE PERSEGUIR NOSSAS PROFESSORAS E PROFESSORES!

QUEM É QUEM

• O QUE É O COLETIVO CATARINENSE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA?

Grupo fundado em 18 de julho de 2011 por famílias, dirigentes sindicais, parlamentares e representantes da sociedade civil militantes em defesa dos Direitos Humanos. Lutam em memória, verdade, justiça e reparação de todos e todas que sofreram atos criminosos durante a ditadura civil militar e também nos dias atuais.

Contato:

coletivosc@gmail.com

https://www.facebook.com/MemoriaverdadeEJustica

• O QUE FOI A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE?

Criada pela Lei 12.528/2011, teve como objetivo averiguar as violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime ditatorial brasileiro até 1985?

• O QUE FOI A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT?

A Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV), vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil de Santa Catarina, foi criada em 1º de março de 2013 (decreto nº 1.415) para examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação exclusivamente política no período de 18 de setembro de 1946 à 05 de outubro de 1988 e auxiliar a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

• COALIZÃO BRASIL MEMÓRIA VERDADE JUSTIÇA REPARAÇÃO

Organização não governamental (ONG) com mais de 150 entidades que objetiva reconhecer as raízes da violência do passado e recuperar memórias das resistências.

https://www.facebook.com/coalizaomemoria

